

# DEMOCRACIA, POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA DE DEFESA: RUMO À CONFORMAÇÃO DE UMA “GRANDE ESTRATÉGIA”

Celso Amorim\*

Muito me honra ser o primeiro Ministro da Defesa do Brasil a comparecer a um encontro anual da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ainda mais sabendo que este é o primeiro encontro envolvendo todos os países da América do Sul. Há cerca de 250 anos, John Adams enunciava, com lucidez, a razão dos Estudos de Defesa para uma nação: “devo estudar hoje política e guerra de forma que meus filhos tenham a liberdade de estudar matemática e filosofia”.

Os temas de Defesa são hoje parte inescapável da reflexão de uma nação democrática que toma consciência de sua importância no mundo.

A sociedade brasileira tem hoje diante de si o desafio de edificar uma “grande estratégia” de inserção no mundo. Esta envolve primariamente defesa e política externa, mas também depende de elementos internos. Crescimento econômico, com estabilidade financeira, coesão social, obtida com melhor distribuição de renda – em ambiente de plena democracia – têm contribuído para a confiança com que o povo brasileiro olha o seu futuro.

Esse elemento subjetivo, baseado em fatores objetivos, é essencial para o exercício de um papel consistente com as dimensões do nosso país.

A relação entre o setor de defesa e a sociedade civil em um ambiente democrático tem por pressupostos o diálogo e a transparência.

A formulação de políticas públicas é atribuição do Estado. Isso não significa, contudo, que este possa pretender ter o monopólio da reflexão.

O Estado agirá com mais sabedoria à medida que for capaz de integrar ao processo decisório opiniões da sociedade, inclusive dos setores especializados.

As demandas por transparência e eficácia na administração pública impõem que todas as instituições, civis ou militares, cumpram tarefas em sintonia com o conjunto da sociedade. O Ministério da Defesa tem um forte compromisso em trabalhar para aprimorar essa sintonia. Essa abertura não é nova, mas é certamente um processo a ser aprofundado.

Em 2004, tive a oportunidade, como Ministro das Relações Exteriores, ao lado de representantes do governo e do meio acadêmico, de contribuir com subsídios para uma iniciativa (formulada pelo Ministro José Viegas) de diálogo do Ministério da Defesa, que orientou a revisão da Política de Defesa Nacional, aprovada em 2005.

\* Diplomata brasileiro de carreira. Celso ocupou, por duas vezes, o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, foi diretor-geral da Embrafilme, entre 1979 e 1982 e, atualmente, exerce o cargo de Ministro da Defesa.

Seguiram-se outras iniciativas – como a parceria com a CAPES e o Ministério da Educação para o lançamento do Pró-Defesa, aqui mencionado, que estimulou projetos de pesquisas para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro nessa matéria.

Muitos doutores e mestres fizeram teses e dissertações. Muitas instituições civis e militares de ensino superior participaram do programa. Em breve, estaremos lançando o 3º Edital do Pró-Defesa.

Em 2010, o Ministério da Defesa organizou um ciclo de debates intitulado “segurança internacional: perspectivas brasileiras”.

Ao longo de vários meses, seminários reuniram profissionais de diversos setores da sociedade, diplomatas, militares, políticos, empresários e representantes da academia.

Há poucos dias, tive a honra de, em nome da Presidente da República, Dilma Rousseff, entregar ao Presidente do Congresso Nacional três importantes documentos: a nova Política Nacional de Defesa, a revisão da Estratégia Nacional de Defesa e o primeiro Livro Branco de Defesa Nacional. Esses documentos esclarecem os objetivos nacionais de defesa e os meios para sua consecução.

Abrem ao acompanhamento, reflexão e crítica da sociedade as capacidades e os desafios da Defesa Nacional. Em todos eles, transparece a relação que a defesa mantém com a democracia brasileira. O Congresso terá, agora, oportunidade de debater os temas a partir de uma base conceitual orgânica e, o que é mais importante, uma base conceitual explícita.

Trata-se de mais um passo nas relações do Governo com o Congresso, cujas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional têm revelado crescente interesse nos aspectos substantivos dessas áreas. O mesmo tem ocorrido, aliás, com os partidos políticos, que têm nos procurado repetidamente. Em apenas um ano no cargo, estive cinco vezes no Congresso Nacional para participar de audiências e seminários. No espírito de promover ainda mais a transparência, determinei a divulgação dos três documentos no site do nosso ministério. Encorajo a academia e a toda a sociedade civil a examiná-los e a participar do debate sobre estas informações.

Essa discussão seguramente se refletirá no âmbito do próprio Parlamento. E as reflexões que daí surgirem serão fonte de aperfeiçoamento agora ou no futuro. O próprio processo de elaboração do Livro Branco foi marcado pela inclusão e pelo debate público. Seminários sobre os vários capítulos do Livro foram realizados nas cinco regiões do país, com a participação, entre outros, da Fundação Getúlio Vargas. Este processo deve ser ainda mais amplo para as próximas edições.

Outra medida que favorecerá a democratização da discussão sobre o tema será a implantação do Instituto Pandiá Calógeras, como entidade civil, no âmbito do Ministério da Defesa. O Instituto Pandiá Calógeras atuará em colaboração com instituições civis e militares, inclusive a Escola Superior de Guerra, e estimulará uma integração ainda maior com o meio acadêmico. Tenho elevadas expectativas

quanto ao instituto, que, estou certo, será uma referência importante no quadro da reflexão brasileira em matéria de defesa.

O compromisso do Ministério da Defesa com a transparência também pode ser verificado no cumprimento da Lei de Acesso à Informação. Esta lei é um verdadeiro marco no aprofundamento da democracia brasileira, e alegra-me que ela seja um dos temas de debate nesta conferência.

O Ministério da Defesa revisou, e continuará a revisar, a classificação de todos os seus documentos, de acordo com as determinações da nova lei e já adotou medidas que facilitam o acesso e a consulta aos dados e documentos. Quem visita hoje o Ministério, em Brasília, encontra uma recepção específica, voltada para a rua, com pessoal preparado para atender a quem deseja obter dados nos termos da nova lei. É nossa “porta” de transparência junto à sociedade.

Sob a mesma lógica, estamos cooperando, com total abertura de espírito, naquilo que nos compete, com a Comissão da Verdade. Meu compromisso, sob a orientação da Presidenta da República, é atender aos pedidos de informação que nos sejam dirigidos e que possam ajudar nos trabalhos.

Em virtude da lei, foram realizadas pesquisas de arquivo que resultaram na “descoberta” de uma série de documentos produzidos entre 1946 e 1991 pelo extinto Estado-Maior das Forças Armadas. Orientei que fosse informada à Comissão da Verdade e que a guarda definitiva dos documentos fosse passada ao Arquivo Nacional, onde já se encontram e onde ficarão à disposição do público.

A relação entre o Estado e a academia assenta na percepção de que o diálogo democrático com a sociedade é necessário aos próprios objetivos da defesa. Foros como a Associação Brasileira de Estudos de Defesa contribuem com análise e reflexão crítica para esse diálogo.

A academia tem um papel de relevo para que os comentários que chegam ao grande público, através da mídia, partam de conceitos e pesquisas bem fundamentados. Como em todo processo de diálogo, sempre haverá críticas deste ou daquele setor, cujos pontos de vista não forem plenamente incorporados às decisões dos órgãos de estado. Isso é natural.

Esses confrontos de pontos de vista, desde que inspirados pela busca do bem maior do país, são parte da dialética por meio da qual o conhecimento coletivo avança e são refinadas as ideias. Nenhum processo é livre de riscos.

Nos albores do pensamento político, Aristóteles advertia sobre os desvios nas várias formas de governo. Para ele, a monarquia é passível de degradar-se em tirania; a aristocracia, em oligarquia; e a democracia, naquilo que ele chamava *okhlokratía*, que poderia ser traduzido, talvez, como governo pelas multidões. Se Aristóteles estivesse vivo, talvez observasse hoje a “mediatocracia”, ou a “miococracia”, como outra variante. É inequívoca a importância da total e irrestrita liberdade de imprensa na democracia. Sem essa liberdade, o bom governo, meta de todos os filósofos políticos, simplesmente não existe. Ao mesmo tempo em que acompanha e se

beneficia do debate democrático da mídia, o Estado deve demonstrar capacidade de discernimento.

Como disse certa vez um presidente norte-americano, administrar pressões é a essência da arte de governar. Mas governar também pressupõe orientar a política no quadro de uma visão estratégica de projeto nacional. É essa uma faculdade à qual o governante, ou quem atue em seu nome, não pode renunciar.

A democracia prevê seu próprio processo de escrutínio dos erros e acertos em processos eleitorais periódicos, livres e universais. Mas insisto: nenhum governante pode pretender ao monopólio da reflexão. A capacidade de ouvir as críticas, sopesá-las e discernir as que são ditadas pela busca do bem e da verdade daquelas que são meros reflexos de interesse deste ou daquele setor, é essencial a um processo decisório saudável e criativo.

O respeito ao processo institucional e à juridicidade constituem pilares de um Estado sólido – o qual assume, no final das contas, a responsabilidade pelas decisões formais. A reflexão sobre a missão central das Forças de Defesa em uma sociedade democrática é uma das tarefas mais importantes da comunidade acadêmica.

A sociedade deve fortalecer continuamente a expectativa de que, na democracia, as Forças Armadas se mantenham distantes das querelas inerentes ao jogo político-partidário. Nesse aspecto, o sistema político brasileiro encontra-se hoje plenamente amadurecido. De sua parte, as nossas Forças Armadas são conscientes de sua missão constitucional. Estão, ademais, imbuídas de alto sentido profissional. Mas certos temas continuam a levantar dúvidas e questionamentos, por exemplo: eventuais necessidades de segurança pública funcionam por vezes como fator de pressão e criam a expectativa de que, precisamente pelo respeito que suscitam, as forças armadas podem “resolver o problema”. A solução para as questões estruturais da segurança pública não está na militarização de um desafio que, afora suas raízes sociais é, em sua essência, policial e cuja competência constitucional recai primariamente na esfera das unidades da federação. Isso não significa que as Forças Armadas, em certas situações, como ocorreu no último ano e meio no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, e tem ocorrido em outros estados, em virtude de outros fatores, não devam atender a um chamado justificado, desde que sua ação seja claramente limitada no tempo e no espaço e, sobretudo, entendida como exceção e não como regra.

A maior visibilidade dessas ações de segurança, que são ações de natureza excepcional, acaba criando uma percepção distorcida da função primordial das Forças Armadas, que é – e continuará a ser – a defesa da nação contra ameaças externas. Firmar esta percepção não só na própria academia, mas na população como um todo, será contribuição importante dos pensadores que entendem as necessidades da defesa.

Transparência, reflexão, diálogo e compromisso democrático são essenciais a uma política de defesa que corresponda aos interesses da nação brasileira.

Pessoalmente, estou convencido de que a nova estatura internacional do país no século XXI requer Forças Armadas continuamente preparadas e modernizadas para a proteção de nosso patrimônio e de nossos interesses. Defender o país não é algo que se faça pela arte da improvisação, nem pela ilusão de uma paz pretérita que, por algum processo psicológico, nos projeta a ver deterministicamente uma paz futura.

Devemos reconhecer que a paz de que o Brasil tem gozado até hoje se deveu, em parte, à limitada relevância estratégica do país, ao seu distanciamento geográfico dos grandes centros de poder, bem como dos focos de crise mundial. Este não é mais o caso.

As duas guerras mundiais do século passado demonstraram como conflitos aparentemente restritos a uma região ou continente se alastraram pelo globo, envolvendo países inicialmente alheios às situações que os geraram.

Sempre me recordo da personagem do famoso escritor norte-americano John dos Passos, em *Manhattan transfer*, que se espanta, diante de uma banca de revistas, com a palavra desconhecida que mal consegue pronunciar: Sarajevo. E, no entanto, pouco mais tarde, os Estados Unidos se viram obrigados a abandonar seu autodeclarado “isolacionismo” e intervir, aliás, de forma decisiva, na guerra europeia.

Hoje, nomes como Kandahar, Homs e Gaza, e capitais religiosas como Qom, são tristemente familiares para qualquer pessoa cujo interesse pela política internacional se limite à leitura de jornais.

O fato de que nenhum dos conflitos dos últimos sessenta e sete anos - e houve vários - se tenha transformado em uma guerra mais ampla, que certamente nos afetaria, não é garantia de que isso não venha a ocorrer no futuro.

De certa forma, o fim da bipolaridade e do equilíbrio do terror, embora em si mesmos fatos positivos, inclusive em função das oportunidades que criam para a atuação internacional de potências ascendentes como o Brasil, nem por isso fizeram do planeta um lugar mais estável ou mais seguro.

Por outro lado, a paz tampouco pode ser tomada como um dado, no momento em que o Brasil alcança novas posições geoestratégicas, geoeconômicas e geopolíticas. Hoje, temos interesses muito claros no mundo. Temos também um patrimônio que nos transforma em um dos territórios mais ricos do planeta: a Amazônia Verde, a Amazônia Azul, as reservas do pré-sal, os centros nevrálgicos de energia, a imensa capacidade de produção de alimentos, as reservas de água doce, entre outros.

O Brasil deve construir capacidade dissuasória crível, que torne extremamente custosa a perspectiva de agressão ao nosso país - esta é a pedra de toque da Estratégia Nacional de Defesa, que continua válida. A prudência exige capacidade defensiva e dissuasória; ser pacífico não equivale a ser indefeso; e a defesa do Brasil não pode ser delegada.

Esses são três postulados básicos do pensamento de Estado em relação à Defesa no Brasil. As instituições internacionais não têm conseguido assegurar o princípio, inscrito na carta das nações unidas, da proibição do uso da força, salvo

em circunstâncias muito estritas, definidas pela própria carta. Diante desse quadro, a relevância daqueles três postulados básicos se torna evidente.

Ações unilaterais de grandes potências e de alianças militares geram um forte sentido de insegurança no sistema internacional. Essa constatação suscita a questão da relação entre política de defesa e política externa. Tendo tido a honra de ter sido Ministro das Relações Exteriores e, hoje, Ministro da Defesa, reconheço hiatos ocasionais que analistas, por vezes, apontam entre essas duas políticas, mas também vejo o extraordinário potencial de uma articulação entre as duas áreas. Parte do esforço está na própria maturação institucional do Ministério da Defesa, que completa apenas 13 anos.

Há pouco tempo, cada força armada traçava seus fins e meios, à luz de sua própria avaliação do cenário nacional e internacional (havia coordenação entre elas, mas era limitada). Uma Política de Defesa em que todas as forças trabalhem sob os mesmos pressupostos analíticos é uma construção progressiva que devemos promover, ao passo que fortalecemos a sinergia desta com a política externa.

A análise sobre o lugar do Brasil no mundo e sobre o papel que a nossa diplomacia e as nossas Forças Armadas devem nele desempenhar deve ser um exercício coletivo. Ele pressupõe aproximação que permita uma reflexão conjunta, de natureza doutrinária, entre as lideranças políticas, diplomáticas, militares, acadêmicas e outras, com a indispensável participação da nossa sociedade.

Todos devem partir de uma base comum de entendimento do papel exercido pelo Estado brasileiro no cenário internacional e dos condicionantes do cenário internacional sobre as ações do Brasil. A capilaridade da rede de embaixadas, consulados e missões brasileiras no exterior fornece inteligência analítica de todos os cantos do mundo, que deve também, ao lado das informações obtidas através dos adidos e de outras organizações militares, subsidiar a ação militar, inclusive a preparação das Forças Armadas.

A existência de Forças Armadas equipadas e adestradas fortalece a capacidade diplomática. A cooperação com nossos vizinhos – me alegro que ela tenha sido mencionada aqui pelo presidente do nosso Memorial da América Latina – ou a participação em operações de manutenção da paz são exemplos dessa sinergia mesmo em tempos de paz.

O estudioso e pesquisador norte-americano Joseph Nye, que teve passagem pelos departamentos de Estado e Defesa, propôs, em obra recente, o conceito de Poder inteligente (*Smart power*), que reconhece a importância da articulação entre instrumentos de coerção (*Hard power*) – que não se limita, aliás, a um instrumento militar, é um instrumento de atuação econômica e de outras naturezas - e de persuasão, que seria o *Soft power*.

Sem querer atribuir a esse conceito um valor absoluto – que ele certamente não tem -, trata-se de saber como articular força e diplomacia, tendo em conta as vantagens e as limitações de cada uma. A diplomacia pode tomar mais tempo, pois

requer persuasão e negociação. Algumas vezes mesmo pode ser vista como sinal de fraqueza – frequentemente é apontada como sinal de fraqueza em muitos países do mundo –, mas só ela é capaz de encontrar solução duradoura para os problemas.

A força, se bem possa ter mais eficácia em determinados casos, e se bem possa se tornar necessária, em geral gera ressentimentos de longo prazo e cria ameaças para o futuro. Situações como as do Iraque e do Afeganistão ilustram as limitações do uso da força no nosso tempo. Não posso deixar, a propósito dessas reflexões, de registrar a boa cooperação entre o Ministério da Defesa e o Itamaraty. Podemos, entretanto, avançar ainda mais na criação de canais formais e fluidos de comunicação entre as duas pastas. O pressuposto da cooperação entre Diplomacia e Defesa é a existência de uma base analítica comum: um diagnóstico crítico e autônomo sobre a realidade internacional.

O Brasil deve construir sua própria visão sobre os fatos, uma visão que não esteja contaminada por interesses geopolíticos ou geoeconômicos de terceiros, nem por óticas específicas de burocracias individuais. Elementos de convergência nos discursos diplomático e militar são cada vez mais evidentes. Em particular, está a constatação de que o término das disputas ideológicas não resultou no encerramento dos confrontos de interesse.

Em que pese aos nobres ideais incorporados à carta da ONU, estamos muito longe ainda da utopia de uma “paz perpétua”. Seguimos perigosamente próximos do conflito, como se verifica no Oriente Médio hoje, onde as crises a que assistimos, especialmente na Síria, encerram riscos de irradiação regional e, mesmo, global. É certo que, em muitas áreas da atividade humana, as controvérsias têm podido ser canalizadas por instituições internacionais.

Este é o caso – para falar de uma área com que estou relativamente familiarizado – do mecanismo de solução de controvérsias da organização mundial do comércio, que tem contribuído para delimitar ou mesmo resolver disputas que, no passado, se alastravam para o campo político e militar. Podemos, hoje, dizer, com alguma segurança, que a era da “diplomacia das canhoneiras”, em matéria estritamente comercial, é um capítulo encerrado da história.

O próprio Conselho de Segurança da ONU tem conseguido encaminhar soluções para questões de menor envergadura estratégica, isto é, quando interesses vitais dos seus membros permanentes não estão em jogo. Mas o processo multilateral tem-se revelado mais travado e incerto quando se trata de disputas por recursos naturais, por fontes energéticas, por arsenais de destruição em massa, por influência geopolítica ou ainda quando todos, ou alguns desses interesses, se mesclam com ideologias que identificam de maneira maniqueísta um lado com o “bem” e outro com o “mal”.

Nesses casos, a autocontenção das potências no recurso aos instrumentos militares para promover seus interesses nem sempre tem prevalecido. Aliás, a regra tem sido o oposto. Além das ações unilaterais, como as empreendidas contra o Iraque na Segunda Guerra do Golfo (e mesmo antes, na chamada Operação Raposa



do Deserto); e do emprego de meios de força além do mandato concedido pela ONU, como nos ataques à Líbia, a militarização das soluções se expressa em conceitos novos como o de contraproliferação.

Este embute o uso da força em matéria até pouco tempo reservada à diplomacia; ataques cibernéticos poderosos contra instalações estatais de adversários, ou, ainda, assassinatos dirigidos a líderes políticos ou, mesmo, cientistas. Um campo novo parece estar se abrindo, em que a guerra declarada cede lugar a ações militares ou paramilitares das agências de inteligência. Novos meios tecnológicos, como aeronaves não tripuladas, tornam politicamente pouco custosas ações que minimizam ou eliminam de todo o risco de perdas de vidas humanas para o país atacante. Os chamados danos colaterais, que em geral acompanham essas ações, são tratados como um detalhe de menor importância. Frente a essas circunstâncias, o diagnóstico que fizemos sobre a condição estratégica do Brasil não pode excluir uma variedade de hipóteses de conflito, que certamente não desejamos, mas que devemos estar preparados a enfrentar.

Em um mundo de Estados-nação, em que persistem grandes assimetrias de poder, por melhor que seja a diplomacia - como na fábula de *La Fontaine* sobre o lobo e o cordeiro - a razão do mais forte tende, em muitos casos, a prevalecer.

Nesse contexto, iniciativas diplomáticas não só parecem de antemão destinadas ao fracasso, mas até mesmo concebidas com este objetivo, de modo a justificar o uso da força.

Nós acabamos de ver agora o fracasso da missão Kofi Annan, e muitos se perguntam se a maneira como foi concebida a missão já não previa o seu próprio fracasso, de modo a que pudesse justificar o uso de meios mais fortes, que podem ser a força militar ou a aplicação de sanções econômicas.

A “grande estratégia” do Brasil democrático deve fundar-se em duas linhas de defesa de seus interesses nacionais. A primeira é demarcada pelo instrumento diplomático. A segunda é definida pelo instrumento militar. Na primeira linha, incidem princípios e valores que pautam a ação internacional do Brasil: não intervenção e defesa da paz, independência e igualdade entre os estados, respeito aos direitos humanos; autodeterminação, diálogo e solução pacífica dos conflitos. Esses princípios ganharam, no Brasil, *status* constitucional.

A ação diplomática antecipa-se a crises e busca prevenir seu surgimento. Participa também da concepção de uma arquitetura multilateral de segurança internacional, baseada em normas legitimamente acordadas, que contribuem para disciplinar, em certa medida, o emprego da violência nas relações internacionais. Isso explica o valor que atribuímos ao bom funcionamento de instituições – como o Conselho de Segurança da ONU e as agências de controle de proliferação de armas de destruição em massa -, apesar de todas as suas limitações.

Um Conselho de Segurança mais representativo e mais legítimo terá melhores condições de encontrar soluções para problemas hoje intratáveis, como a crise da Síria ou a disputa que envolve o programa nuclear iraniano.



Da maneira anacrônica como estão conformadas, essas instituições, em particular o Conselho, podem ser vítimas dos jogos de poder que refletem interesses específicos desta ou daquela potência com poder de veto. Essas falhas e fissuras do sistema internacional reforçam a necessidade de estarmos preparados a garantir a nossa própria segurança.

O valor da relação entre Política Externa e Política de Defesa está ilustrado no processo de integração regional, que, construindo sobre o trabalho secular da diplomacia, criou um verdadeiro cinturão de segurança em torno do Brasil. Órgãos como o Conselho de Defesa Sul-Americano conformam uma institucionalidade de prevenção de conflitos, por meio da criação da confiança e da cooperação entre os setores militares.

Isso enseja um ambiente de estabilidade estratégica na América do Sul, no qual o conflito se torna cada vez mais impensável. Reforçando esse cinturão de paz e estabilidade por meio de uma cooperação autenticamente voltada para a segurança comum, a defesa brasileira pode concentrar esforços em eventuais ameaças extrarregionais.

Quero aqui fazer uma pequena digressão. Já que estamos no Memorial da América Latina, pode alguém perguntar por que falo tanto da América do Sul e não da América Latina. A integração latino-americana é uma norma constitucional e, portanto, deve ser perseguida. Mas a forma operacional mais viável, a curto e médio prazos, de realizar uma integração latino-americana é passar por uma integração sub-regional; no nosso caso, da América do Sul. Essa é a unidade geopolítica com que lidamos mais diretamente.

Isso não quer dizer que não estejamos interessados pelo que ocorre na América Central e no Caribe, inclusive a nossa presença no Haiti, numa operação de paz, ilustra a importância que o Brasil atribui a essa região.

Mas volto a dizer, do ponto de vista da nossa segurança, do ponto de vista do cinturão de estabilidade que procuramos, a América do Sul tem que ser o foco principal. Volto a falar, portanto, das ameaças.

A dimensão preventiva do poder militar, pela dissuasão, é determinante. Sua operação, entretanto, nem sempre é evidente, o que leva muitos observadores a desprezá-la.

A dissuasão é a capacidade que um país deve ter para advertir antecipadamente qualquer adversário sobre os elevados custos de eventual agressão. Precisamos assegurar que teremos os meios necessários para fazer com que os nossos interesses prevaleçam em situações de crise que nos afetem.

O propósito elementar da defesa nacional é resguardar nossa soberania, nossas instituições, nossa unidade, nossos cidadãos, nossos recursos e interesses nacionais, inclusive as infraestruturas críticas do país.

Presume também a proteção dos brasileiros no exterior, sempre em pleno respeito às normas do direito internacional, como, aliás, tivemos que fazer, de forma inédita, há seis anos, quando da guerra entre Israel e Líbano.

É nesse sentido que o Ministério tem orientado a aquisição de novas capacidades por meio do plano de articulação e equipamento da defesa, o PAED. Projetos prioritários das forças armadas apresentados no PAED visam proporcionar ao Brasil a obtenção de um nível adequado de dissuasão no contexto internacional. Ressalto, aliás, como um exemplo de transparência, que, embora esse plano não tenha tido ainda uma aprovação formal, os elementos do PAED figuram no livro branco, e isso permite que a sociedade os discuta.

Esse plano reforçará ainda mais a credibilidade da defesa junto à sociedade, uma vez que as forças armadas serão capazes de cumprir, com maior efetividade, a sua destinação constitucional.

Gostaria que esta minha primeira participação em evento da ABED seja o início de uma fase ainda mais aprofundada na relação entre o Ministério da Defesa e os estudiosos do tema no país.

A conformação, sob a égide de princípios e práticas democráticas, de uma “grande estratégia”, a partir da articulação entre os eixos da política externa voltada para a inserção soberana no mundo e da política de defesa que equilibra cooperação e dissuasão, requer que cada um de nós saia de sua “zona de conforto” – de seu campo de estudo e de trabalho – e aproxime seu interesse e sua curiosidade de nossos parceiros e interlocutores na “outra ponta”.

Os estudos que venham a ser produzidos no seio da rede da ABED serão decisivos para alcançarmos esse objetivo. Gostaria de convidá-los a contribuir para essa reflexão e o desenvolvimento deste projeto.

Se me permitem apenas uma palavra pessoal, mas creio que adequada nesse âmbito – quando eu era mais jovem, embora já praticante da diplomacia, a minha visão sobre assuntos políticos, inclusive da política internacional, era predominantemente teórica.

Eu tive também uma passagem, relativamente rápida, se comparada com a dos senhores, pela academia; o meu interesse teórico era muito grande. Depois, os cargos que ocupei me levaram a me dedicar muito mais à prática e, inevitavelmente, afastar-me da teoria, pelo menos conscientemente.

Não sei se no futuro eu terei a chance de novamente voltar a esse olhar contemplativo - lembro sempre que a palavra teoria em grego (*theorein*) vem da palavra contemplação - que permite uma visão mais ampla, e, quem sabe, até mais desapegada dos fatos, e com isso, talvez, consiga um equilíbrio.

No momento, na função que ocupo, tudo que eu posso fazer é oferecer a minha própria participação e a do Ministério que eu dirijo sob, naturalmente, a orientação da Presidenta Dilma Rousseff, ao mais amplo e franco diálogo.

Muito obrigado.